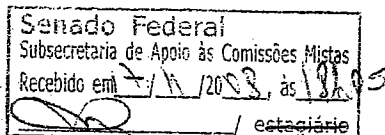




CONGRESSO NACIONAL



MPV - 446

00099

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 14/11/2008	proposição Medida Provisória nº 446/2008
--------------------	---

Autora Dep. Rita Camata (PMDB/ES)	nº do prontuário 279
--------------------------------------	-------------------------

1. <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. * modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
--	--	-------------------	-------------------------------------	---

Página	Artigo 16	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	--------------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

O art. 16 da MP 446/2008 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 16. Para fins da certificação a que se refere esta Medida Provisória, o aluno a ser beneficiado será pré-selecionado pelo perfil socioeconômico e por critérios definidos pelo Conselho Nacional de Educação - CNE.”

## Justificativa

Entre as atribuições do Conselho Nacional de Educação está o assessoramento ao Ministro de Estado da Educação no desempenho das funções e atribuições do poder público federal em matéria de educação, cabendo-lhe inclusive, formular e avaliar a política nacional de educação, zelar pela qualidade do ensino, velar pelo cumprimento da legislação educacional e assegurar a participação da sociedade no aprimoramento da educação brasileira.

Pelo menos a metade dos conselheiros, segundo a Lei 9.131/1995, deve ser nomeada, obrigatoriamente, entre os indicados em listas elaboradas especialmente para cada Câmara do Conselho mediante consulta a entidades da sociedade civil, relacionadas às áreas de atuação dos respectivos colegiados.

Partindo do fato de que a sociedade custeia a educação pública brasileira, e tem o importante papel do controle social das políticas públicas e Programas que dizem respeito ao erário, entendemos ser imprescindível a participação do CNE em todas as fases relativas ao processo de certificação de entidade beneficente de atuação na área, incluindo-se neste contexto as ações requisitadas para a concessão de certificação. Portanto, caberá ao CNE definir quais outros critérios além do perfil socioeconômico, devem ser respeitados para que o aluno seja contemplado com bolsas de estudo de que tratam os arts. 14 e 15 da MP 446/2008.

CONFERE COM O ORIGINAL  
Claudia Lira Nascimento  
Secretária Geral de Mesa

PARLAMENTAR

Dep. Rita Camata – PMDB/ES

TFC

